

PROGRAMA DE GOVERNO

**PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES
UNIFICADO – PSTU**



CAMPO GRANDE PARA OS TRABALHADORES

2013 – 2016

**SUÉL FERRANTI – PREFEITO
MICHELLE SANDIM – VICE-PREFEITA**



DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO

O Capitalismo Neoliberal aumentou o desemprego, a miséria e as desigualdades sociais, garantindo lucros fabulosos para os grandes bancos e empresas, nacionais e estrangeiras.

Lutando contra esta situação, os socialistas do PSTU lançaram Suél Ferranti da Silva e Michelle Sandim, para prefeito e vice-prefeita, respectivamente, apresentando-os aos campo-grandenses como alternativa aos blocos neoliberais que se apresentam para o pleito de 2012 (Giroto-PMDB, Wander-PT, Azambuja-PSDB, Bluma-PV, Bernal-PP e ao reformismo representado pelo PSOL -Sidney Melo).

O PSTU governará garantindo os interesses da classe trabalhadora, procurando gerar condições dignas para todos, e não apenas o superenriquecimento de alguns poucos grupos como vêm ocorrendo em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul e em todo o Brasil.

A transformação social será obra dos trabalhadores e do povo brasileiro. As eleições, bem como eventuais mandatos, deverão estar a serviço das lutas e dos interesses de toda a classe trabalhadora, dos estudantes, dos camponeses, dos oprimidos, enfim.

UM PROJETO SOCIALISTA

NEM PT, PSDB, NEM PMDB, PV, PP E PSOL!

VOTE 16 – SUÉL FERRANTI - PREFEITO E MICHELLE SANDIM – VICE-PREFEITA

POR SUAS ÉTICAS E TESTEMUNHOS DE VIDA PÚBLICA, SUAS FRANQUEZAS E SUAS HISTÓRIAS DE LUTA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os candidatos apresentados para a população de Campo Grande do PSDB, PMDB, PV e PP, assumidamente neoliberais, representam os grandes empresários, o latifúndio, o agronegócio. Defendem o capital e as forças mais atrasadas do Município.

O PT também está comprometido com as grandes empresas nacionais e estrangeiras. Veja-se o mandato do Zeca em MS, de LULA e agora Dilma que tiveram suas campanhas bancadas pelos capitalistas, baseadas em políticas de assistencialismo, como os bolsas-famílias, além da implantação do REUNI para as Universidades que hoje é o grande motor das Greves nas Universidades Federais juntamente com os alunos que perceberam o quão nocivo foi e será para o ensino público universitário deste país. Esse tipo de programa não resgata o povo da miséria.

O PSOL hoje se apresenta em Campo Grande como uma alternativa reformista, priorizando a perspectiva eleitoral, seguindo o caminho percorrido por sua direção nacional.

O PSTU se apresenta com o servidor público federal Suél Ferranti que participa ativamente na luta em defesa dos oprimidos, representando, neste contexto eleitoral, um projeto socialista e classista para Campo Grande.

Michelle Sandim, candidata a vice-prefeita, representa a juventude estudantil e trabalhadora oprimida que luta por uma sociedade socialista.

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

POR UMA VERDADEIRA INDEPENDENCIA

A luta do povo é única garantia para impedir que Campo Grande seja usada pelos empresários e poderosos como uma colônia, que as suas riquezas e os seus produtos não sejam entregues ao capital estrangeiro a preço de banana. Enquanto o MS se especializa cada vez mais como exportador de matéria-prima e de alimentos para o mercado internacional, o povo passa fome. Este modo de governar favorece as grandes empresas estrangeiras, o latifúndio e o agronegócio, destruindo o ser humano e a natureza. A verdadeira independência começa pelo não pagamento das dívidas externa e interna. Este processo garantirá a transferência para o desenvolvimento social e ambiental do município dos recursos hoje ilegalmente pagos aos parasitas do mercado financeiro.

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

PARA ABOLIR COM A ESCRAVIDÃO MODERNA E GARANTIR SALÁRIO, EMPREGO E TERRA

Defendemos uma política de enfrentamento à superexploração do trabalho. Adotaremos um plano de pleno emprego, uma Carreira Única aos servidores públicos municipais de Campo Grande, que permita a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução do salário, para contrapor aos escândalos financeiros de corrupção que se alastram neste país.

Desenvolveremos um plano de obras públicas voltados para a melhoria da saúde, da escola, de moradias, de saneamento, eletrificação rural etc., capaz de resolver as principais deficiências de atendimento ao povo e que ao mesmo tempo empregue quem está desempregado. Os recursos, para tanto, devem vir além dos que forem economizados do não pagamento das dívidas, pela taxa progressiva das grandes propriedades e grandes fortunas. Revisaremos as concessões públicas rumo às estatizações e às reestatizações.

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

TIREM AS MÃOS DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES!

Os partidos e respectivas coligações apresentados nesta eleição, que representam o neoliberalismo, se, porventura, vencerem nosso projeto, assim que eleitos os seus representantes, que já apoiaram a reforma trabalhista, que cortaram os direitos “excessivos” dos trabalhadores, como FGTS, férias, licença maternidade, 13º, salário etc., apoiaram todo tipo de ataque aos direitos trabalhistas, além de apoiadores do latifúndio e

do agronegócio. O que resta aos trabalhadores é a mobilização contra que esses ataques que virão, exigindo tanto aos legislativos municipal e estadual quanto ao Congresso Nacional punições exemplares aos envolvidos em mensalões, escândalos dos envolvidos nas corrupções, em licitações fraudulentas e tantos outros fatos estampados na mídia.

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE



DIGA NÃO À FALSA DEMOCRACIA DOS RICOS!

O Governo Dilma, com a continuidade da crise cíclica do capitalismo, somada à crise de seu governo com as quedas de seus Ministros envolvidos em inúmeros escândalos, representa uma grande aliada do capital, revelando ao país as vísceras desta falsa democracia, que finge governar para os trabalhadores enquanto faz pactos espúrios com o poder econômico, gerando uma máquina de corrupção.

Nenhuma fortuna roubada do povo por meio da corrupção foi confiscada e ninguém foi obrigado a devolver ao Tesouro Nacional o que roubou.

Essa política de ataque, que protege os lucros das grandes empresas (como, por exemplo, a automobilística com a política de redução do Imposto de Produtos Industrializados – IPI), continua revelando a podridão das instituições brasileiras que compõem o Estado Burguês, onde tudo “termina em pizza”, como acontecerá com Cachoeira e aliados.

A maioria dos políticos mensaleiros, os sanguessugas do congresso conseguiram se reeleger e permanecem no Congresso. Com isso nenhuma fortuna roubada do povo por meio da corrupção, como do Artuzi, do Ary Rigo, de Corumbá e Ladário, do Cachoeira, foi ou será confiscada, muito menos devolvida.

O PSTU luta pela superação desta falsa democracia dos ricos e sua substituição por uma verdadeira democracia que favoreça a maioria da população, por meio de um novo poder que expresse a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo com os pequenos produtores e toda a população marginalizada pelo capitalismo em nosso país.

A política não pode ser meio de enriquecimento pessoal, contando com elevadíssimo salário e regalias. Defendemos que o salário do político seja igual ao salário

de um trabalhador especializado e que seu mandato seja revogado a qualquer momento se assumir uma atitude incompatível com o exercício dele.

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

NOSSA POLÍTICA PARA CAMPO GRANDE

NEM PT, PMDB, PSDB, PV, PP!!

TODOS SÃO OS CANDIDATOS DOS RICOS!

A administração do Nelsinho não conseguiu superar os maiores desafios do município. Qualquer análise que se pretenda fazer sobre a política desse governo em Campo Grande não poderá deixar de considerar alguns pontos, entre eles, o de ter proporcionado a volta dos currais eleitorais, numa espécie de neo-coronealismo que se manteve firme na administração do estado-fazenda em que ficou transformada a sua administração, seguindo a lógica de seus antecessores em mais de 20 anos de continuidade.

O lançamento das candidaturas do PSTU se dá em um momento em que o Brasil experimenta um profundo descrédito nas suas instâncias democráticas de representação e Campo Grande não foge à regra. Nesta capital vivenciamos um surto de grandes obras faraônicas que tem o objetivo claro de favorecer as camadas mais ricas da população enquanto o povo pobre e miserável continua sem poder aquisitivo e emprego.

Veja-se o exemplo do chamado “AQUÁRIO” e, se não bastasse, as canalizações dos córregos que cortam nossa cidade e que, a cada chuvisco, tudo transborda, demandando mais recursos para estancar a calamidade de Campo Grande.

Fruto de opções equivocadas e falta de firmeza na defesa dos interesses dos mais humildes esse projeto de continuidade é implementado até os dias de hoje, pois abandonam os trabalhadores e valorizam o capital em detrimento do trabalho.

É nesse contexto que o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) insere-se e lança suas raízes no solo fértil da ebulição social de Campo Grande, buscando na seiva revolucionária de seu povo – entre os cerrados e pantanais, indígenas e migrantes-, o espaço que necessita para levantar bandeiras esquecidas, demandas reprimidas e que a sociedade desse município necessita, ajudando seus segmentos a desfraldá-las e empunhá-las com braço forte.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), ao instalar-se no município, em cada um de seus bairros, há de ter, entretanto, um propósito maior: deve ser mais que uma alternativa político-partidária. As nossas candidaturas vão assumir para si um debate junto à sociedade, garantindo a participação dos setores sociais e populares em vista de se construir um novo jeito de governar, na gestão socialista, que pretendemos adotar na política.

Por isso, a importância da análise local, regional, nacional e até internacional para melhor entender como deve se dar essa inserção política das candidaturas junto ao povo, aos trabalhadores, e como a sociedade reage ao seu surgimento e à implementação de suas ideias.

Construímos nossas candidaturas para travar embate com as questões primeiras que afligem o povo. Não construímos candidaturas para que as mesmas sejam apenas mais uma referência no cenário político das eleições de dois em dois anos, muito menos para a esquerda campo-grandense, mas sim para almejar um projeto para a classe

trabalhadora de Campo Grande. Sem desprezar o horizonte mais amplo, no campo das ideias e da solidariedade continental, nossas candidaturas surgiram como instrumento de luta, nessas terras de Guarani e Ofaié, Kadiwéu e Guató, Kinikinau e Terena, assim como das comunidades Quilombolas aqui no município existentes e tanto desprezadas pelas administrações municipais, o que será diferente com a administração do PSTU, juntamente com os movimentos sociais.

Colocando-se a serviço dessas lutas diárias, entre cerrados e pantanais, no campo e na cidade, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) deve ser um instrumento eficaz para as lutas diárias dessa sociedade plural e em transformação; deve ser uma ferramenta útil que auxilie os trabalhadores a superar a transição, de uma crise ética e de moral que a todos aflige. O PSTU estará com as forças dos trabalhadores da cidade e do campo, dos estudantes, das donas-de-casa, enfim, dos segmentos que compõem o tecido social e político desta terra fruto da conquista Guaicurú.

O PSTU, portanto, há de começar também pelas bases, abraçando os setores populares, literalmente abandonados pela falsa esquerda, e auscultando-os em suas reivindicações. Construindo, pra tanto, canais novos de comunicação e interlocução entre comunidades e formas de organização de lutas. O importante é não perder a coragem de adentrar barracos de lona à beira da estrada e saber que debaixo deles existem formas organizadas em potência de luta; não perder a coragem de subir na tribuna e defender os interesses das chamadas lutas menores, utópicas, das minorias, das etnias, da natureza

Somente a partir desse ponto, a nosso ver, é que nossas lideranças partidárias, regionais e locais, responsáveis pela construção dessas candidaturas que despontam no município, estarão aptas a dizer para que e porque viemos. Porque nesse dia, já não mais se distinguirão os dirigentes da militância no momento das decisões a serem tomadas, como acontecia no assentamento PINHEIRINHO, em São José dos Campos, cujos moradores foram barbaramente despejados pelas mesmas forças políticas que querem continuar administrando Campo Grande.

Nosso projeto provocará uma mudança nos segmentos marginalizados e que é sentido desde a solidão no desterro da aldeia indígena ameaçada, até o trabalho da infância inocente submetida nas carvoarias, pedreiras e garimpos. Mudança que dá espaço ao grito sufocado que brota no quarto escuro da prostituição, das celas das cadeias, do frio das marquises que dão guarida aos mendigos, aos usuários de drogas, contra o traficante e suas armas importadas pelo contrabando e arregimentação de nossas juventude sem perspectivas de futuro. Libelo para o que diz “não” ao corruptor, à propina, à politicagem e ao aceno do agiota, o sorriso do banqueiro e o lucro legalizado assim como a jogatina clandestina e não combatida.

Em fileiras daqueles que caminham no mesmo rumo. Homens e mulheres íntegros e lutadores, incansáveis da luta pelo socialismo e que buscam, ainda que em outras siglas, partilhar nossos ideais. Onde juntos, haveremos de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), no governo de Campo Grande, defenderá os interesses da classe trabalhadora e os marginalizados pelo capitalismo que são, de longe, a maioria da população, pois é impossível governar igualmente para desiguais, como foram os casos nesses anos todos da administração do PMDB, dividindo com um intervalo com o PSDB.

Para enfrentar toda essa situação, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) está conclamando o povo campo-grandense a votar nos seus candidatos e no seu Programa sintetizado em torno de cinco eixos: utilização das riquezas naturais em benefício do povo, justiça tributária, não pagamento da dívida pública, defesa intransigente do meio-ambiente e, por fim, reformas agrária e urbana, além de expropriação do agronegócio.

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

CINCO PONTOS PARA MUDAR CAMPO GRANDE:

PONTO 1

AS RIQUEZAS NATURAIS DO SOLO E DO SUBSOLO DEVEM SER CONTROLADAS PELO POVO DE MATO GROSSO DO SUL OU PELAS GRANDES EMPRESAS?

Apoiamos a reestatização da Vale, bem como das empresas multinacionais de mineração que operam no estado. As riquezas do nosso subsolo devem retornar à propriedade do povo de Mato Grosso do Sul e não às grandes empresas transnacionais. A Vale se tornou a maior empresa privada da América Latina, tendo sido vendida em 1998 pela bagatela de R\$ 3,3 bilhões, no governo FHC, além de financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social-BNDES, em transação entusiasticamente aplaudida por mega-empresários e mega-investidores. Em 2005, a Vale teve um lucro líquido de 10,4 bilhões de reais. Todo o subsolo de nosso estado está nas mãos das grandes mineradoras, que destroem o meio ambiente e abandonam as regiões quando esgotam as reservas. Nosso governo impulsionará uma campanha nacional de devolução ao povo sul-mato-grossense e do Brasil da VALE e impulsionará um plebiscito em que o povo dará seu veredicto sobre as demais mega-mineradoras privadas.

Por outro lado, repudiamos projetos de construções de usinas de álcool pra enganar os trabalhadores e o povo sul – mato-grossense. Em vês de gastar dólares do BNDES (DINEIRO PÚBLICO) para grupos de aventureiros e rapinas, queremos fazer investimentos em infra-estrutura, levantando as ditas “obras enterradas” que não dão votos, com saneamento básico, com casas populares, creches, transportes de massa, ou seja, em benefício das atividades tradicionais da população local, que precisa ter a sua vida melhorada, e não migrar porque novos donos aparecem para se apossar de suas terras e de seus destinos. Fora abutres de nossas minas e de nossas vidas.

“Não planto capim-guiné para o boi abanar o rabo...” (Raul Seixas)

PELA REESTATIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS E ESTATIZAÇÃO DAS MINERADORAS QUE OPERAM NO ESTADO!!!

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

PONTO 2

QUEM DEVE PAGAR MAIS IMPOSTOS, OS RICOS OU OS POBRES? QUEM DEVE PAGAR TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA MAIS CARAS? AS GRANDES EMPRESAS OU OS CONSUMIDORES RESIDENCIAIS?

Quem paga mais imposto é o povo. O consumidor residencial paga caro a Energia Elétrica em imposto, enquanto os grandes empresários pagam taxas especiais, além do mais são estes que mais lucram com o horário verão.

PELA REESTATIZAÇÃO DA ENERSUL!

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

PONTO 3

QUEM DEVE PAGAR A DÍVIDA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE: OS RICOS QUE A CONTRAIRAM OU OS POBRES QUE A ESTÃO PAGANDO E QUE TRABALHAM E GERAM AS RIQUEZAS DESTE PAÍS?

Em Mato Grosso do Sul a dívida hoje chega a mais de R\$ 6 bilhões. Em 1998, quando totalizava R\$ 2 bilhões, a dívida foi negociada pelo Governador do Wilson Barbosa Martins, comprometendo 17% de tudo que o Estado arrecadava. Passados todos esses anos, o governo estadual já pagou mais R\$ 1,8 bilhões aos credores e, no entanto, a dívida continua e não para de crescer. Uma auditoria nos contratos desta dívida mostrará que essa dívida já foi paga e o que existe hoje é uma dívida do governo com os trabalhadores e o povo pobre de Mato Grosso do Sul.

Em Campo Grande, a situação não é diferente. Prioriza-se o pagamento da dívida em detrimento das condições dos trabalhadores, do povo pobre e miserável, portanto.

Defendemos a suspensão imediata do pagamento dessas dívidas, tanto estadual quanto municipal, para investir este dinheiro em um plano de obras públicas, que promova uma verdadeira reforma urbana e rural, construindo casas populares, hospitais, postos de saúde, escolas e creches públicas, estradas, poços artesianos, sistemas de irrigação e silos para a pequena propriedade camponesa e saneamento básico a todas as regiões.

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

PONTO 4

**NÃO ÀS USINAS DE ÁLCOOL!
SIM À REVITALIZAÇÃO E À DEFESA DO MEIO AMBIENTE
E DA POPULAÇÃO.**

As usinas de álcool advêm de um projeto de governos burgueses, que conta com o apoio dos grandes empresários do agronegócio e das grandes construtoras. Eles dizem que gerarão mais empregos. É mentira! Veja-se, por exemplo, a mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Como afirmam os movimentos sociais, este projeto favorece somente os grandes exportadores, com produção extensiva de monocultivo para exportação, que emprega pouca gente, pagando salários miseráveis e expulsando trabalhadores do campo. O projeto atenta contra o meio ambiente, como já estão fazendo as mineradoras, destruindo o Patrimônio da Humanidade: o Pantanal sul-mato-grossense.

EM DEFESA DO PANTANAL E DO CERRADO!!!

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

PONTO 5

REFORMAS AGRÁRIA e URBANA JÁ!

Assim como em todo o Brasil, Mato Grosso do Sul e consequentemente Campo Grande possuem uma enorme extensão de terra concentrada nas mãos de algumas dezenas de latifundiários e por grupos do agronegócio. O modelo de produção está voltado para o agronegócio, ou seja, monoculturas para exportação. O desmatamento extensivo é constante, com o objetivo de plantar eucalipto para servir de combustível aos alto-fornos das empresas siderúrgicas ou então plantar soja para exportar. Enquanto as grandes empresas exportadoras ganham rios de dinheiros, comprando terras, desmontando e destruindo o meio ambiente, os trabalhadores rurais, os indígenas e os quilombolas são expulsos da terra em que se encontram há décadas e jogados nas favelas urbanas.

Defendemos uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores rurais, com garantia de créditos, armazenagem, escoamento e assistência técnica e a permanência deles nas terras, possibilitando-lhes produzir alimentos baratos para a população urbana. Somente uma verdadeira reforma agrária poderá acabar com as desigualdades no campo, com a violência e com a miséria e a fome neste país. Por outro lado o governo do PSTU em Campo Grande será esse ponto de apoio contra toda tentativa de criminalização dos movimentos sociais.

É necessário e urgente olhar para a política urbana do município, pois Campo Grande cresce assustadoramente e não há uma política urbana que valorize as camadas mais pobres da população.

Taxação dos lotes vazios e a quem possui mais de uma casa e/ou terreno. Isenção de IPTU para pequenos lotes e para os desempregados. Distribuição e legalização de lotes para população carente.

Taxação de grandes terrenos.

REFORMAS AGRÁRIA E URBANA JÁ!

SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES SEM TERRA E SEM TETOS!

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

NOSSA CAMPANHA E NOSSO GOVERNO APOIARÃO TODA LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES.

VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

- Adoção de reajuste emergencial dos salários dos servidores;
- Defendemos uma política salarial que recupere o poder de compra (conforme calculado pelo DIEESE, equivalente, hoje, a cerca de R\$ 2.250,00) até o final da Gestão 2016 ;
- Programa e implantação de Carreiras, Cargos e Salários após ampla discussão com a categoria e de acordo com a proposta do DIEESE;
- Redução da jornada de trabalho sem redução do salário, e conscientização dos trabalhadores para lutarem contra a retirada de direitos trabalhista (40 % da multa rescisória, férias, 13º, licença-maternidade, FGTS, etc.).

VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DE QUALIDADE

- Controle das empresas do Estado pelas organizações de seus trabalhadores e população usuária.

REFORMA URBANA - MORADIA

Como no Mato Grosso do Sul, em Campo Grande há um grande déficit habitacional.

- Utilização de parte dos recursos oriundos do não pagamento da dívida pública, além da arrecadação progressiva de impostos sobre as grandes propriedades e fortunas, para garantia da construção de moradias destinadas a famílias com renda de até 03 salários mínimos;
- Plano de obras públicas para a construção imediata de moradias (de acordo com o déficit atual) por meio de empresas públicas e mutirões;
- Realização de um plano de urbanização nos bairros pobres, levando água para os que não contam com água encanada, esgoto para as famílias que não têm acesso à rede de esgotos, luz, transporte e outros benefícios;
- Garantia da titulação de moradias e da regularização fundiária de terrenos urbanos e imóveis ocupados por comunidades de baixa renda e apoio às regularizações, titulações e desapropriações dos locais onde vivem os povos da Terra: indígenas e quilombolas e assentamentos;
- Pela reestatização das águas de Campo Grande;
- Legalização das ocupações de terras e urbanização dos terrenos;

- Expropriação das grandes empresa e grandes proprietários de terrenos, casas e apartamentos dedicados à especulação imobiliária;

SAÚDE

A saúde será uma das prioridades na administração municipal pelo PSTU.

- Expansão da rede hospitalar publica e de todo o sistema público de saúde pra atendimento de toda a população, com a realização de concursos e criação imediata de forças-tarefas de emergências para o combate da endemias que estão de volta pelo descaso dos Governos Federal, Estadual e Municipal e de doenças de maior incidência na população de baixa renda;
- Pela estatização dos hospitais filantrópicos e privados;
- Pela estatização de toda a assistência médica, incluindo a reversão das privatizações e terceirizações já realizadas, assim como a expropriação dos hospitais e convênios;
- 6% do PIB para a saúde;
- Ampliação do pessoal da área da saúde por meio de concursos públicos, com aumentos salariais e 30 horas de jornada de trabalho;
- 100% de cobertura da população pelo plano saúde da família;
- Prazo máximo de uma semana para consultas com especialistas;
- Prazo máximo de 30 minutos para consultas nos Prontos Socorros.

SAÚDE NÃO É MERCADORIA!!

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

- A educação pública deve ter prioridade no orçamento municipal;
- Defenderemos e executaremos a plena expressão da arte e da cultura, e seus acessos ao povo;
- Garantiremos a eliminação do analfabetismo e um programa de expansão do ensino da creche, pré-escolar, a expansão da rede escolar pública de ensino fundamental para atingir a totalidade da população em idade escolar;
- 10% do PIB para a educação pública;
- Todas as crianças de 0-3 anos em creches públicas de qualidade;
- Aumentos salariais para professores e funcionários;
- Educação fundamental de qualidade;
- Livre acesso às universidades sem o funil do vestibular.

DIREITO AO TRANSPORTE COLETIVO

Nenhum(a) trabalhador(a) ou estudante pode ser penalizado/a em seu deslocamento por não dispor de condições financeiras para arcar com a passagem. O Estado deve subsidiar o transporte coletivo, como ocorre já em muitos países. Isto pode ser feito desde que o transporte coletivo seja estatizado e os beneficiários diretos do investimento público na urbanização para o transporte paguem adequadamente por ele.

Defenderemos:

- Estatização do transporte coletivo para viabilizar plano agressivo de transporte público e baratear as passagens;
- Ativação e ampliação de rede ferroviária e corredores de ônibus;
- 2% do PIB para o transporte público;
- Tarifa subsidiada a um real, valendo para todo o dia em qualquer transporte.

CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO: DE GÊNERO, RACIAL e SEXUAL:

- Combate intransigente ao racismo, em defesa das ações de reparação dos negros pelos anos de escravidão e reconhecimento dos quilombos;
- Lutar contra o machismo. Apoio à construção de creches públicas junto aos locais de trabalho e estudo;
- Salário igual para trabalho igual;
- Contra a homofobia, apoio incondicional à luta dos(as) trabalhadores(as) e da juventude LGBT;
- Pela criminalização da homofobia;
- Defesa da união estável entre homossexuais e a extensão de todos os direitos sociais.
- Construção de creches para todas as crianças de 0-3 anos do município;
- Contra a violência sobre as mulheres – construção de abrigos e delegacias de mulheres;
- Pela legalização e descriminalização do aborto, a serem realizados gratuitamente e sem burocracia;
- Contra a violência policial nos bairros pobres que atinge, em grande número, a população negra;
- Em defesa das quotas para negros nas universidades públicas;
- Em defesa da titulação das terras quilombolas.

ENDIVIDAMENTO DOS TRABALHADORES

- Pela estatização dos bancos;
- Taxa de 8,65% ao ano de juros (que é cobrada pelo BNDES para grandes empresas) para financiamento dos trabalhadores em crédito pessoal (empréstimos pessoais, cheque especial, cartão de crédito) e taxa de 0% para financiamentos imobiliários e crédito consignado;
- Pela reestruturação das dívidas dos trabalhadores, com perdão para as impagáveis e limite máximo de 5% de comprometimento da renda mensal.

TODO APOIO ÀS LUTAS DOS TRABALHADORES E POBRES DA CIDADE E DO CAMPO!!

TODO APOIO A LUTA INTERNACIONAL DOS POVOS:

- Pela retirada das tropas americanas e da ONU do Iraque;
- Pela retirada das tropas brasileiras do Haiti;
- Todo apoio aos palestinos e contra a ocupação israelense;
- Repúdio a todas as ações agressivas do Estado sionista de Israel no Oriente Médio;
- Contra o golpe no Paraguai. Que os trabalhadores e camponeses decidam sobre seu País. Pela auto soberania do povo paraguaio.

DOIS CAPÍTULOS A PARTE

CAPÍTULO I

VIOLÊNCIA URBANA: AS VERDADEIRAS CAUSAS!

As verdadeiras causas da violência não devem ser buscadas simplesmente no poder de organização ou centralização do crime organizado. Existem dois problemas fundamentais, que nunca são encarados pelos governos do PT/PMDB/PSDB: a miséria e o desemprego causados pela economia capitalista neoliberal, e a corrupção na política, na polícia e dos muitos casos também divulgados na Justiça.

O fundo dessa violência geral está na profunda desigualdade social existente no Brasil, produto do neoliberalismo e que fica muito mais latente agora que estão vindo para o país as olimpíadas e a copa do mundo, com a limpeza étnica que vem acontecendo nos grandes centros urbanos. Não existe solução para a violência sem emprego, educação e bons salários para todos. Isso significa que a violência vai seguir crescendo, enquanto o capitalismo neoliberal existir. Enquanto a juventude empobrecida deste país seguir sem esperanças e sem futuro, as máfias do narcotráfico e dos sequestros vão seguir tendo a quem recrutar para suas gangues.

Aumentar simplesmente o número de policiais e seu armamento, ou incorporar o Exército nas tarefas de polícia, só vai fazer aumentar também a corrupção. De acordo com o presidente da ONG Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, “uma organização criminosa não pode funcionar sem cumplicidade dentro da polícia”.

Como explicar que as lideranças do PCC comandem esses atentados desde dentro das prisões, sem falar dos celulares e das armas que lhes são passadas por policiais e funcionários corruptos?

O sistema das prisões está falido, superlotado e decadente. As administrações são ineficientes, os carcereiros não são qualificados e não possuem salários decentes, não há projeto de reintegração e recuperação dos detentos, nem mesmo pelo próprio Estado Burguês que é o grande mentor desta situação. As prisões brasileiras são conhecidas mundialmente como centros de tortura e maus tratos. Em todo o país, são conhecidas como universidades do crime. A verdade é que o sistema prisional brasileiro é um “campo de concentração de pobres”.

Os policiais ganham baixos salários, tem uma má formação profissional e vivem em regimes de tensão permanente, (com o fomento permanente do Estado da corporação para que isso eternize objetivando o massacre durante o controle dos movimentos sociais). A polícia de São Paulo mata mais do que as polícias de todos os países da Europa juntos, e a sua impunidade é reconhecida, inclusive, pelos dirigentes da instituição.

Em São Paulo, por exemplo, até 2007 eram 130 mil policiais (comparemos com os 250 mil soldados do Exército Brasileiro no mesmo período), não impedindo que o Estado passasse a ser o de maior criminalidade do país.

Quanto mais policiais, mais repressão, mais corrupção e menos segurança. Esta tem sido a experiência concreta do povo brasileiro. Os tribunais corrompidos agem com preconceito de classe e raça. Muitos juízes, promotores e advogados são vinculados à criminalidade, ao tráfico de influência e à venda de sentenças. Assim incentivam-se as violências institucionalizadas, que alimentam a violência generalizada. O crime organizado está se capacitando para que seus integrantes exerçam cargos de advogados, políticos, policiais, delegados de polícia, juízes e, talvez, até oficiais do exército.

Enquanto isso, o governo federal é fartamente conhecido como corrupto, e o congresso Nacional como covil de bandidos. Todos se aproveitam da impunidade generalizada. Por isso que o PSTU diz categoricamente que este sistema Capitalista burguês é corrupto e classista, por natureza.

Portanto, para se combater de verdade a criminalidade, a primeira medida seria colocar na cadeia os políticos corruptos que habitam o Congresso e o governo federal.

- Mudança na política econômica para assegurar salário, emprego e educação para todos;
- Descriminalização das drogas para atacar o submundo do narcotráfico, prevenir e educar preventivamente, e tratar os dependentes químicos;
- Fim das polícias para combater a corrupção e a violência policiais. Construção de nova polícia, controlada pela comunidade, com delegados eleitos;
- Prisão e expropriação dos bens dos maiores ladrões: os políticos e empresários corruptos.

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

UM PROGRAMA DOS TRABALHADORES PARA COMBATER A VIOLÊNCIA

EMPREGO E EDUCAÇÃO

É possível fazer um grande mutirão, com obras públicas para a construção de milhares de casas populares, o que corresponde ao déficit habitacional do município. Isto poderia dar uma resposta a dois gravíssimos problemas sociais: o desemprego e a falta de casas populares.

VOTE 16 PSTU: SUÉL- PREFEITO E MICHELLE - VICE

CAPÍTULO II

A PROBLEMÁTICA INDÍGENA

Desde os anos de 2003 o Estado de Mato Grosso do Sul vem tendo os mais altos índices de violência contra os povos indígenas. Assassinatos, suicídios, mortes por atropelamento, morte de crianças por desnutrição e violência sexual. Constituído a segunda maior população indígena do país, a situação mais grave é registrada no Cone Sul do Estado, onde vivem mais de 35 mil Índios Kaiowá/Guarani, confinados em pequenos pedaços de terra.

Em nenhuma outra região do país a proporção de terra é tão pequena (menos de 2% das terras do Estado). Na aldeia indígena de Dourados, por exemplo, ocorre uma das maiores concentrações de indígenas do Brasil, mais de 12 mil pessoas em 3.500 hectares de terra, em pleno confinamento. Esta terra indígena é também a área onde se concentram os maiores números de violência.

O fator principal desta violência contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul é resultado de uma política que privilegia o latifúndio, onde 1% dos fazendeiros detém 36% das terras do Estado. Estas terras dão a estes latifundiários poder econômico, político e judicial, levando ao confinamento e à falta de reconhecimento das terras indígenas.

Dados do CIMI (Conselho Indigenista Missionário, da CNBB) mostram que das 102 terras indígenas no Estado, 69 estão sem nenhuma providência por parte do poder público e, das 17 que estão registradas, ou seja, com processo administrativo concluído, a maioria está em estudo de revisão de limites. Há outras em situações absurdas, como a terra Sucuri'y (município de Maracajú), que está registrada, mas os índios não têm acesso a ela, habitando em apenas 64 do 530 hectares.

Das 87 terras indígenas do Kaiowá Guarani, 64 estão sem providência. Além disso, a maior parte das matas está devastada e os rios contaminados, causando doença e fome.

A situação dos povos indígenas no Estado é agravada pela morosidade deliberada do governo e da justiça em demarcar as terras (com a agravante de destinar dinheiro público para os ruralistas contraporem esses “terroristas da terra”), pela ação da justiça paralisando processos de reconhecimento antropológico, pela inércia da FUNAI e não de seus trabalhadores, pela impunidade dos mandantes e assassinos das lideranças indígenas, pela falta de políticas públicas eficazes construídas em consonância com os índios, pela exploração do trabalho semi-escravo nas usinas, contribuindo com a desestruturação social das famílias indígenas, levando os indígenas desde muito cedo ao alcoolismo e ao uso de outros tipos de drogas. O confinamento e a devastação da terra à desestruturação da economia indígena e capacidade de produzir alimentos. É a política deste Estado capitalista impedindo aos povos indígenas o direito à vida.

Essa situação mudará somente com uma política que privilegie a retomada de suas terras, rumo à demarcação, homologação e revisão de limites, além de sua ampliação, bem como a preservação e conservação da biodiversidade existente, somada a políticas e programas que respeitem as especificidades regionais, étnicas e de gênero. Ou seja, tratando a problemática indígena como fruto de um sistema econômico excludente, onde o que importa é o lucro dos latifundiários, e caminhando rumo à derrubada de tal sistema, a fim de que os povos indígenas possam construir o futuro com a qual sonham.

Portanto, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU, afirma o seu compromisso que sem combater o capitalismo, não existe nenhuma possibilidade de avançar na demarcação das terras, eliminar a fome, e garantir condições de vida digna para as nações indígenas de Mato Grosso do Sul.

PELAS DEMARCAÇÕES DAS TERRAS INDÍGENAS, JÁ!

***POR UMA CAMPO GRANDE SOCIALISTA, DAS
TRABALHADORAS E TRABALHADORES!!***